

reprodução

Raça e classe em Graciliano Ramos

Edilson Dias de Moura

resumo

O artigo trata das relações humanas na obra de Graciliano Ramos contrastando as representações de raça e de classe dos protagonistas com a identidade dos tipos que, nos seus romances, são excluídos do desenvolvimento. Pela análise de seus verdadeiros “pobres-diabos”, nota-se em seus gestos e ações a sinalização de uma via de *emancipação mental*.

Palavras-chave: raça; classe; Graciliano Ramos; emancipação mental.

abstract

The article explores human relationships in the work of Graciliano Ramos by contrasting the representations of race and class of the protagonists with the identities of the characters who, in his novels, are excluded from progress. Through an analysis of his true “poor devils”, one can observe in their gestures and actions the indication of a path toward mental emancipation.

Keywords: *race; class; Graciliano Ramos; mental emancipation.*

“[...] o espírito legístico não conseguiu
até hoje mudar profundamente
a atitude natural dos povos
latino-americanos.”
(Sérgio Buarque de Holanda)

“Como atribuir valores sem assentá-los
em conexões causais bem estabelecidas?
Pode-se dizer que o inverso é igualmente
verdadeiro? É certo que, em história,
uma causa define não qualquer condição,
mas aquela sobre a qual se pode agir, nesse
sentido, os valores da ação se infiltram em
toda avaliação das causas; deve-se dizer,
ademaís, que atribuir uma causa é
admitir um fato e estipular um valor.”
(Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa*)

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E DIVISÃO RACIAL EM GRACILIANO

E comum dizer que em 1892 nascia o autor de *Vidas secas*. Involuntariamente ou não, estabelece-se entre causa e consequências certo embaraço dos referenciais, afrouxando qualquer rigor histórico em análise. A sincronicidade dos eventos envolvendo nascimento e obra, publicada 44 anos depois, impõe o cânone a todos os tempos como projeto artístico acabado, lançando no nevoeiro das contradições¹ todo processo de maturação do autor originado nos conflitos ideológicos e seus enfrenta-

mentos. Não são desprezíveis os impactos das prerrogativas de classe quando decorrentes do horizonte histórico incidindo na trajetória formativa do indivíduo. Por isso, importa estabelecer conexões causais bem fundamentadas historicamente nas análises, capazes de inferir das práticas artísticas dos autores os valores que de

1 Graciliano seria racista para certa parcela da crítica, que vê no seu recurso a imagens preconceituosas uma espécie de confissão às avessas. Nessas análises, vislumbram-se no autor os disfarces de seu patriarcalismo, misoginia, homofobia, entre outros defeitos. No presente artigo, tais contradições, de foro íntimo, filtram-se nos valores da ação pública do sujeito e na pertinência do debate público das suas ações.

EDILSON DIAS DE MOURA é doutor em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e autor de *Graciliano: romancista, homem público, antirracista* (Edições Sesc-SP).

fato justificam suas obras no passado, bem como sua permanência.

De outra perspectiva, portanto, pode-se dizer também que em 1892 nasceu uma criança em Quebrangulo, interior de Alagoas, cujos pais decidem chamá-la Graciliano Ramos de Oliveira. Alguns acontecimentos importantes em curso vão pavimentar sua jornada na vida e influir, mais tarde, em seu modo de encarar os problemas. Por exemplo, em 1888, quatro anos antes de ele nascer, assinava-se a Lei Áurea. Um ano depois, proclamava-se a República. Em 1890, vem a lume o Código Penal republicano, pondo a nu o afã punitivista e o menoscabo da cidadania, tendo a Constituição sido *assinada* apenas um ano depois. Deodoro da Fonseca, então líder militar do regime, renuncia ao governo, assumindo, sem eleições, o marechal Floriano Peixoto. A insatisfação com os rumos *autoritários* e *anti-democráticos* da República acentua-se, e a Armada brasileira rebela-se. Em 1892, decreta-se estado de sítio, empastelam-se jornais, adversários políticos são presos, outros, exilados.

Graciliano tem dois anos de idade quando é inaugurada, na Ilha Grande, a Colônia Correcional de Dois Rios, destinada a “acolher” recém-libertos, em geral sob acusação de “vadiagem” (Carvalho, 2016), e adversários políticos do governo. Muito embora *Vidas secas* (1938), publicado no cinquentenário da abolição, bem como seu autor pareçam distantes daqueles conflitos, pouco tempo os separa. Ademais, tanto a obra como o autor vinculam-se a eles e àquela mesma Colônia Correcional fundada em 1894, lugar em que, segundo José do Patrocínio, “o cida-

dão perdia o nome” (Pereira, 2020, p. 449). Quarenta e dois anos depois, Graciliano se encontrava preso ali, ouvindo algo semelhante ou pior na sua recepção: “Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer” (Ramos, 1996, v. 2, p. 69). Conforme companheiro de cárcere, ali teria surgido a “[...] vontade de escrever um romance sobre os flagelados do Nordeste” (Cruz, 1938, p. 265).

Soma-se a isso o projeto de educação pública instituído. Em 1903, a Colônia disponibiliza também uma “escola”, nomeada Escola Correcional de Dois Rios, fundada em decorrência do Código Penal de 1890, que fez emergir “na paisagem urbana das maiores cidades brasileiras as primeiras grandes instituições de internamento de menores, com caráter profilático e correcional” (Marcílio, 2000, p. 41). Ora, quando J. Calisto, pseudônimo de Graciliano, mais tarde discorrendo a respeito da educação, diz que “nos habituaram a confundir a escola com o cárcere” (Ramos, 2005, p. 93), nos remete a algo bem específico: o horizonte de expectativas da época (Iser, 1996, pp. 159-91), já que, em suma, “[...] a escola instituída se exibiria como demarcação de dois universos – o dos cidadãos e o dos sub-homens –, funcionando como dispositivo de produção/reprodução da dominação social” (Carvalho, 1989, p. 38). Seus pobres-diabos, como é sabido, reduzem-se na mentalidade colonialista a bichos, considerando que “[...] se o asiático e o africano são menos homens por não se assemelharem ao ocidental, o latino-americano é algo pior, porque sendo homem, pela sua origem europeia

ou ocidental”, miscigenando-se “se rebaixou a sub-homem” (Zea, 2005, p. 363).

Graciliano parte da decadência do modelo de produção colonial rural e da ruína da burguesia, que deu continuidade às práticas arcaicas, para compreender essa “subumanidade”. Urgia vislumbrar seus potenciais de libertação, e a natureza dela pode ser aferida em sua obra *se*, e *somente se*, for reconhecida a dimensão humana de suas iniciativas/ações na gestão da Instrução Pública em Alagoas. Ao assumi-la em 1933, implementa medidas econômicas importantes para o desenvolvimento dos muito pobres, dando especial atenção às suas características sociais e humanas. Ainda naquele ano, promove dona Irene Braga de Miguel Garrido – professora negra do interior – a diretora escolar na capital Maceió, implantando em Pajuçara um verdadeiro laboratório de inclusão social². Graciliano lembra do resultado dessa iniciativa, em 1936, enquanto aguardava a polícia política de Vargas para prendê-lo:

“O que me interessava no momento era o esforço despendido por [d. Irene] *em três anos*. [...] No estabelecimento dela espalhavam-se a princípio duzentos e poucos meninos, das famílias mais arrumadas de Pajuçara. Numa campanha de quinze dias, por becos, ruelas, cabanas de pescadores, d. Irene enchera a escola. [...] Quatro dessas criaturinhas arrebanhadas nesse tempo, beíquadas e retintas, haviam obtido

as melhores notas nos últimos exames. – Que nos dirão os racistas, d. Irene?” (Ramos, 1996, v. 1, pp. 46-7, grifo meu).

O triunfo das medidas desmentia não só preconceitos, mas teses científicas para criminalizar pessoas negras e seus descendentes, lançando-as nas “colônias correccionais” presumidamente combatidas. Desde servidor municipal e estadual (de prefeito a diretor da Instrução Pública em Alagoas) até sua chegada à inspetoria federal da educação no Rio de Janeiro, observam-se:

“[...] o prefeito atento aos pobres-diabos sem proteção [...], o diretor da instrução pública preocupado em expandir a rede de ensino e em conferir aos alunos o mínimo necessário (material escolar, tecidos, merenda etc.) e o inspetor federal de ensino que pautava suas decisões pela população ‘pobre em demasia’ [...]. Todos eles são orientados pela mesma consciência crítica que norteou a confecção de seus livros” (Salla, 2019, p. 46).

A observação da reciprocidade da consciência política do gestor público com a do romancista aí é precisa. Passemos às características figurativas de tais pobres-diabos na arte. Compreendê-las exige contrastar João Valério, Paulo Honório e Luís da Silva com personagens soterrados na indiferença, como Zacarias, Marciano, Domingos, Ivo, Quitéria, entre outros, sobretudo o negro imerso à consciência do “cabra” Fabiano. Esses tipos, de acordo com a mentalidade racista, eram classificados pela cor e pelo local de nascimento numa divisão tríplice “[...] nas categorias de africanos (que aqui presumimos serem

2 Até então, o nome completo de d. Irene era-me desconhecido. O achado deve-se aos esforços de Thiago Mio Salla e suas investigações no Arquivo Público de Alagoas.

negros), *crioulos* (negros nascidos no Brasil) e pardos (mestiços)”, sendo que este último grupo “[...] não continha apenas mulatos, mas também filhos de brancos [europeus] com índios, que recebiam denominações variadas como *mestiços*, *mamelucos* ou *caboclos*. Também estão aqui incluídos os *cabras* (pessoas de ascendência mista, porém indefinida)” (Schwartz, 2001, p. 184).

Fabiano teria ascendência mista (latino-americana), similar à criança de *Histórias de Alexandre*, filho da sinhá Terta: “[...] escura e casada com homem escuro, teve esta semana um filho de cabelo cor de fogo e olho azul” (Ramos, 2024c, p. 80). A tais fenômenos atribuíam-se o *atavismo*, que justificava medidas eugenistas em benefício de certa parcela da sociedade. Iniciativas inclusivas como as de Graciliano em 1933 – promovendo uma *mulher negra* à direção escolar e crianças “beijudas e retintas” ao convívio social – eram não apenas anticientíficas, mas sobretudo subversivas.

Graciliano educou-se sob os auspícios do projeto autoritário e eugenista da República. Contra sua continuidade insurgiu-se na década de 1930. Essa via de raciocínio corresponde ao seu próprio entendimento quanto à origem de seus romances, não apenas inspirados em contos sobre criminosos nos anos 1920, mas também da reflexão a respeito de *a quem* se atribuía a criminalidade, contestando suas bases teóricas na vida pública e na arte. Essa gente em geral era preta, indígena e latino-americana branca, e esta última, conforme Zea (2005, p. 363), “[...] filhos do chamado mundo ocidental, mas rebaixados pela mestiçagem”.

DA BRECHA CAMPONESA E DA EMANCIPAÇÃO MENTAL

“Arriscara-me a fixar a decadência da família rural, a ruína da burguesia, a imprensa corrupta, a malandragem política, e atrevera-me a estudar a loucura e o crime. Ninguém tratava disso, referiam-se a um drama sentimental e besta em cidade pequena.”
(Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*)

Decepcionado com a recepção de *Angústia*, Graciliano dava pistas de onde aprofundarmos a investigação de sua obra, observando os impactos da decadência da antiga família patriarcal colonialista escravista. Ela se escancara, por exemplo, nas recordações de Luís da Silva a respeito de quem fora Trajano, seu avô, contrastando-o com a figura do preto mestre Domingos, “[...] que havia sido escravo dele e agora tinha venda sortida, [...] usava sobrecasaca de chita, correntão de ouro atravessado de um bolso a outro do colete” (Ramos, 2024a, p. 49). Trajano, por sua vez, encontra-se prostrado no balcão de um boteco, bêbado, urinando nas calças. Ao vê-lo, mestre Domingos “[...] dava-lhe o braço, levava-o para casa, curava-lhe a bebedeira com amoníaco. Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva vomitava na sobrecasaca de mestre Domingos e gritava: – Negro, tu não respeitas teu senhor, não!” (Ramos, 2024a, p. 49).

Luís da Silva conta que “[...] andava pelo pátio, arrastando um chocalho, brincando de boi. Minha avó, sinhá Germana, passava os dias falando só, xingando as escravas, que não existiam” (Ramos,

2024a, p. 49). Encontram-se aí dois aspectos importantes: embora falidos, os ex-senhores persistem em atitudes de “superioridade” ao negro, significando a este não bastar nem liberdade nem ascensão econômica, seu rebaixamento era de outra ordem.

Em *Histórias de Alexandre*, o impacto da emancipação política é lembrado como importante divisor de águas para seus personagens. Alexandre recorda:

“– Meu pai, homem de boa família, possuía fortuna grossa [...]. Não era, Cesária? – Era, Alexandre, concordou Cesária. *Quando os escravos se forraram*, foi um dismantelo” (Ramos, 2024c, p. 43, grifo meu).

A liberdade provocou a falência do sistema econômico. Pôr-se a favor do pobre-diabo, por isso, era decreto de inimizade à ordem e, na arte, politização literária. Não à toa, Octavio de Faria caracterizou como propaganda comunista no romance de 1930 a introdução de “[...] maçantes ‘gestos’ de *pobres negros* repentinamente marxistizados [sic]” (Faria, 1937, grifo meu). Com base em tais entendimentos, Graciliano foi perseguido. Lançado na Colônia Correccional, destacou: “Não se concebia que negociantes e funcionários recebessem os *tratos dispensados antigamente aos escravos* [...]. E estávamos ali, encurralados naquela imundície, *tipos da pequena burguesia*” (Ramos, 1996, v. 1, p. 142, grifos meus). A luta de classes figurada na condição social da população negra nunca esteve tão nítida como nessa correlação de forças.

Por tal é que a análise da condição de mestre Domingos em *Angústia* ganha rele-

vância. Sua ascensão econômica decorre da *brecha camponesa*, acordo entre senhores e escravizados: estes obtinham o direito de cultivo da roça e seu comércio em favor da suspensão das fugas. Essa trégua entre senhores e pessoas em cativeiro permitia uma pequena economia (Schwartz, 2001, pp. 31-100; Ramos, 2012, p. 169) que futuramente garantia a alforria. Eis o fator econômico do romance. Porém, ele não soluciona o rebaixamento humano de mestre Domingos produzido pela mentalidade colonialista. Segundo Franz Fanon,

“[...] a verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um *duplo processo*:

- econômico, em primeiro lugar;
- e, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade” (Fanon, 2024, p. 25, grifos meus).

Em Graciliano, o fator econômico do romance não é ignorado, mas as características sociais que dele se ramificam nas relações interpessoais dos personagens sempre foram muito mal resolvidas. Quando Luís da Silva diz que, “apesar de tantas vantagens, mestre Domingos, quando via meu avô naquela desordem, dava-lhe o braço”, acentua nesse “apesar” que podia desprezá-lo (economicamente), mas não o fazia. E tal gesto era bem conhecido por Graciliano. Em sua tradução de *Memórias de um negro*, de Booker T. Washington, publicado em 1940, são inúmeros esses exemplos, seguidos da explicação de que vinham “[...] da sua natureza generosa. Os brancos andavam na guerra – e os escravos

dariam a vida para defender as mulheres e as crianças da fazenda” (Washington, 1940, pp. 9-10, grifo meu).

O papel dessa generosidade compõe um complexo quadro psicossocial, que para Fanon responde não só “[...] por que os europeus náufragos foram acolhidos de braços abertos, por que o europeu, o estrangeiro, nunca foi concebido como inimigo”, mas também a matriz de uma infeliz incompreensão do europeu: em vez de interpretar tal generosidade “[...] com base na humanidade, na benevolência, na civilidade, traços fundamentais do que Césaire chama de as ‘velhas civilizações cortesões’”, continua o filósofo martinicano, acredita “que é simplesmente porque havia [...] algo que fazia do branco o senhor esperado” (Fanon, 2024, p. 113). Observe-se que, nesse equívoco, infere-se que o “outro” é semelhante a um animal à espera de dominação. Segundo Bartolomeu de Las Casas, em sua *Brevíssima relação da destruição das Índias Ocidentais*, de 1552, os europeus trataram os indígenas, de fato, como inferiores a animais: “no digo que de bestias, porque pluguiera a Dios que como a bestias las hubieran tratado y estimado, pero como y menos que estiércol de las plazas” (Las Casas, 2011, p. 17)³.

Os impulsos agressivos de sinhá Germana insultando pretas invisíveis ou de Trajano, em condições precárias, exigindo submissão do negro, e até mesmo a cons-

tatação inocente de Cesária são ecos desse choque de culturas produzido na colonização. Portanto, também a generosidade de mestre Domingos, mais que submissão instintiva, corresponde à existência de uma reserva ética anterior ao contato com os brancos, cuja sobrevivência compreende a um método de preservação da própria integridade humana. Tais gestos derivam da “memória de um estágio da evolução em que a reificação não era absoluta” (Bastos, 2015, p. 131; Lebensztayn, 2010, p. 366), aprofundada em *Vidas secas* como via de *emancipação mental*, que retomarei na última seção deste artigo.

AS VENDAS RACISTAS NA LUTA DE CLASSES

“As pessoas de cor levantaram a cabeça. Seria interessante saber a razão de elas haverem aprumado o espinhaço e não se envergonharem do que são. Podemos supor que dois fatos importantes hajam atuado sobre a massa negra, um profundo, subterrâneo, outro de superfície. O primeiro, de ordem econômica, a teria empurrado para cima; o segundo, de natureza cultural, tê-la-ia feito equilibrar-se e manter-se à tona.”
(Graciliano Ramos, “O negro no Brasil”)

Ao longo deste artigo, compreende-se o racismo como disfarce/máscara da luta de classes. Forjado na hierarquia de castas/raças do mundo colonial, preserva no liberalismo econômico e na democracia um modelo de concentração de riqueza e poder fundado na fraude da inaptidão de negros,

3 Tradução minha: “[...] não digo que tratados como animais, pois é agradável a Deus que os animais sejam estimados e bem cuidados, mas como algo inferior a animais, tratados como esterco nas ruas ou menos que isso”.

indígenas e latino-americanos para o progresso, reduzindo seu acesso aos avanços sociais e econômicos. Isso se denuncia na obra de Graciliano desde *Caetés* (1933). Nesse romance, Zacarias, o preto empregado da família Teixeira, figura valores que remontam relações da antiga ordem escravista no interior da ordem burguesa. Não se trata de mão de obra livre, como Valério, guarda-livros da loja dos Teixeira. A fronteira que separa esses trabalhadores fica vincadamente estabelecida no capítulo XIII, quando Zacarias leva a Valério o convite de Luísa para que vá almoçar:

“– A sinhá mandou saber se v.mcê queria almoçar.

Voltei-me. Era Zacarias.

– Como?

– Mandou chamar para o almoço.

– Muito agradecido, respondi furioso” (Ramos, 2013, p. 96).

Valério sente-se rebaixado por ter sido convidado pela “sinhá”, e não por Luísa: “Mandar o preto convidar-me! Era, sem contestação, uma ofensa mortal” (Ramos, 2013, p. 97). Justifica a mortalidade da ofensa elencando as características que crê separá-lo do negro: “O criado preto! ‘Diga a seu Valério que venha comer.’ Isto a mim, a mim que era... Procurei alguma coisa que eu fosse. Não era nada, realmente, mas tinha *boa figura* e *os caetés no segundo capítulo*. E vinte e quatro anos, *a escrituração mercantil*, a amizade de padre Atanásio, *vários elementos de êxito*” (Ramos, 2013, p. 97, grifos meus).

A redução econômica o faz titubear reconhecer-se “alguém”; porém, comparando-se ao negro, destaca-se pela posição social e

profissional no interior da ordem liberal-burguesa, exibindo “êxitos”/vantagens derivados mais do favor e das barreiras do preconceito que de um mérito efetivo. A amizade do padre, por exemplo, expressa na *divisão do trabalho intelectual* sua “superioridade”, visto que o vigário é diretor do periódico *Semana*, no qual Valério contribui revisando textos. Seu *privilégio de casta*, destacado por ele desde o início da narrativa como *boa figura*, assim se define: “Olhei-me ao espelho. Tenho o nariz bem-feito, os olhos azuis, os dentes brancos, o cabelo louro – vantagens. Que diabo!” (Ramos, 2013, p. 29). Isso o justifica seduzir a esposa do patrão e tomar seu lugar na firma – “êxitos incontestáveis” que o levam inclusive ao abandono da escrita do romance.

Por tal, nada mais impróprio que considerar Valério um pobre-diabo, menos ainda que “[...] seu triunfo é discernir o próprio fracasso” (Gimenez, 2013, p. 258), conclusão idêntica à de Candido em *S. Bernardo*, quando supõe que Paulo Honório “constrói com o testemunho de sua dor a obra que redime” (Candido, 1972, p. 24). Nem Valério nem Honório redimem-se de nada. Concebidos por Graciliano sob a ótica da *insensibilidade/analgesia* lombrosiana, o primeiro corresponde ao delinquente moral; o outro, ao criminoso nato. A indiferença os leva à confissão dos ardis. Paulo Honório chega a destacar como ato “digno de referência” esfaquear uma pessoa (Ramos, 2004, p. 16) e que, se pudesse voltar atrás, faria tudo exatamente do mesmo jeito.

Caetés, escrito entre 1925 e 1926, apresenta muitos pontos altos. Não supera, porém, o positivismo, por qual se entendia que indígenas, negros, asiáticos e latino-americanos eram destituídos de sensibi-

lidade afetiva e cognitiva, incapazes de desenvolvimento criativo, reflexo de uma verdadeira sensibilidade humana. É a custa dessa suposta “insensibilidade” dos nativos que Valério admite o fracasso da escrita do romance, e não porque suas energias dirigiam-se efetivamente para outro fim. Fracassaria não só ele, mas toda a cidade, uns “caetés”, pondo na consciência destes sua própria tibieza: “[...] soubesse[m] exprimir-se, quantos pontos de contato!” (Ramos, 2013, p. 203). A qualidade de “exprimir-se” com palavras pertence apenas a ele, “distinguindo, separando, igualando e unificando os outros entes que carecem desta qualidade” (Zea, 2005, p. 355).

Zacarias nem perto disso passa, correspondendo a arquétipo ultrapassado para Graciliano, reputado mais tarde à “literatura do século passado”, na qual os “[...] pretos surgiam bonzinhos, bem-comportados”, diferente dos concebidos no romance de 1930, insubmissos aos brancos, “[...] não porque estes tenham cor diferente da deles, mas porque os podem agarrar e mandar para [a Colônia Correccional de] Fernando de Noronha” (Ramos, 2012, pp. 170-1). Tal prerrogativa do arbítrio foi inclusive explorada literariamente em “A testemunha”, conto escrito em 1936, dez anos depois de *Caetés*, em que se “[...] encena um sujeito que sai de uma perspectiva cerrada em si mesma e se percebe vítima e algoz de uma estrutura opressiva, que é causa da perpetuação de uma injustiça social e histórica: o racismo” (Luna Filho, 2023, p. 89).

Nesse conto, Gouveia é intimado a testemunhar sobre um crime que não presenciou, vendo-se na enrascada de depor sobre o que apenas ouviu e leu diante do tribunal. Há dois suspeitos: um gordo e um

negro. Emaranhado às teias do preconceito racial, Gouveia acaba ajudando a condenar o negro. Por indução ou por deslize, “[...] se complica, percebe que os presentes operam modificações em seu discurso; até que, atordoado, responde afirmativamente a uma pergunta que não ouviu. Compreende, então, que sua resposta foi satisfatória para os inquisidores e que ela servirá para condenar o negro e absolver o outro” (Luna Filho, 2023, p. 89).

Pela inexistência de indícios de quem seja o assassino, tudo se desenrola em torno do papel social dos acusados, dos quais apenas sabemos que “[um] é negro e que tem traços considerados de macaco por Gouveia. O outro homem é gordo e está bem-vestido. A cor da pele não é mencionada – mas nem precisa” (Luna Filho, 2023, p. 95). De fato, é nítida a condição econômica deles: “O homem gordo com certeza tinha casa grande e automóvel; o preto dormia debaixo das pontes, passava dias em jejum” (Ramos, 2002, p. 116). Pela ausência de indícios relacionados à culpa, tais evidências condenam o negro.

Ao deixar o tribunal, incomodado com tal desfecho, Gouveia esforça-se para livrar-se do julgamento, imaginando cenas cotidianas. Mas, vendo-se na rua “[...] diante de um homem gordo, vermelho, de ruga na testa e pregas nos cantos da boca. [...] Empalideceu e encostou-se ao muro, tremendo, o coração aos baques e o estômago embrulhado” (Ramos, 2002, pp. 119-20). Tal encontro dissolve o “disfarce” inscrito em seu íntimo de que “[...] diria meia dúzia de palavras inúteis, o julgamento nem ganharia nem perderia nada” (Ramos, 2002, p. 112). Pelo contrário, elas imprimem suas digitais na injustiça e no racismo, configu-

rando algo muito além da mera antipatia à aparência do outro. Incorporada às práticas e aos métodos de criminalização, por ela o negro seria condenado e o branco, absolvido. Diferente, porém, de um Valério ou de um Paulo Honório, Gouveia sensibiliza-se. Do seu mal-estar infere-se ter ao menos compreendido esconder-se na sua suposta neutralidade o disfarce da luta de classes que preserva a “figura” que o fez empalidecer, tremer e ter ânsia de vômito.

O QUE É UM HOMEM PARA GRACILIANO?

“A pergunta pode ser do mexicano, do argentino, do cubano, do chinês, do hindu, do vietnamita, do coreano, do senegalês, do ganês, do egípcio... que sou como homem e qual é o meu posto entre os homens? Novamente, a origem da pergunta filosófica com que se inicia a expansão europeia, ocidental, no mundo. Volta a velha polêmica Las Casas-Sepúlveda, só que agora um dos polemistas é o próprio injustiçado [...]” (Leopoldo Zea, *A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*)

A discussão sobre a superação do atraso e da pobreza ao longo da história da literatura brasileira sempre foi uma constante em qualquer debate aqui produzido. Seria imaturo tangenciá-la – sobretudo as que se fundam no exame positivista do “meio, momento histórico e raça” em países colonizados –, desconsiderando-se os fundamentos filosóficos (Taine, Comte) e os interesses políticos que rebaixam latino-americanos/brasileiros a subespécie. Assim, o debate

da relação raça/classe em Graciliano não guarda qualquer pretensão de engajamento, a menos que quiséssemos evitá-lo denunciando as contradições de sua postura. Sobretudo porque sua obra atingiu dimensão literária universal, superando fronteiras regionais, ao ousar o questionamento da animalização presumida pelo modelo filosófico de civilização europeu. Tal presunção fixou-se em cenas como a do espancamento do negro Marciano por Paulo Honório: “Desci a ladeira, com raiva. Lá embaixo, à porta da escola, descobri Marciano escanchado num tamborete, taramelando com o Padilha. – Já para as suas obrigações, safado” (Ramos, 2004, p. 126). Marciano não poderia encontrar-se em pior circunstância: à porta da escola/civilização. E, por expressar-se verdadeiramente – o que Paulo Honório admite, “Era verdade, mas nenhum morador me havia ainda falado de semelhante modo” –, é atingido pela fúria:

“Mandei-lhe o braço ao pé do ouvido e derrubei-o. Levantou-se zozzo, bambeando, recebeu mais uns cinco trompaços e levou outras tantas quedas. A última deixou-o esperneando na poeira. Enfim ergueu-se e saiu de cabeça baixa, trocando os passos e limpando com a manga o nariz, que escorria sangue. Estive uns minutos soprando. Depois voltei-me para o Padilha:

– O culpado é você” (Ramos, 2004, p. 126).

Não admira que culpe o professor da fazenda. Ele descia já enfurecido com os gastos da escola: “Seis contos de folhetos, cartões e pedacinhos de tábua para os filhos dos trabalhadores. Calculem. Uma dinheirama” (Ramos, 2004, p. 125). Publicado em 1934, *S. Bernardo* realiza-se no horizonte de expectativas do período,

imbricando figuras fictícias de administradores violentos e filhos de trabalhadores – “garotos empalamados e beijudos” (Ramos, 2004, p. 125) agarrados às saias da professora Madalena pela fazenda – com as das crianças “beijudas e retintas” reais promovidas na educação pública por Graciliano. Na cena do espancamento acompanhada por Madalena, inscrevem-se os mesmos fundamentos contra os quais ele lutava na sua gestão. Estarrecida, ao ver o marido aproximando-se, espera uma explicação do ocorrido, mas escuta-o dizer com serenidade:

– Ninharia, filha. Está você aí se afofando em pouca água. Essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano *não é propriamente um homem*. – Por quê?
– Eu sei lá! Foi vontade de Deus. É um molambo” (Ramos, 2004, p. 128, grifos meus).

Marciano é vítima da mesma violência com a qual Fabiano é reduzido em *Vidas secas*, e aqui retomamos o que nomeamos *emancipação mental*. Após a chegada com a família à fazenda, satisfeito, fumando regalado, Fabiano exclama em voz alta: “– Fabiano, você é um homem”, contém o ímpeto, alarmado de que os meninos o tivessem escutado falar só. Em seguida, uma voz *aparentemente sua* arenga afinal que: “[...] não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se *na presença dos brancos* e julgava-se *cabra*” (Ramos, 2024b, p. 70, grifos meus).

A possível presença dos brancos o assusta: “Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, tivessem percebido a frase *imprudente*. Corrigiu-a murmurando: “– Você é um bicho, Fabiano” (Ramos, 2024b, p. 70, grifo meu). Considerando que *proclamar eufórico* sua humanidade seria imprudência, a correção *murmurando* não ser homem revela a debilidade da consciência impostora, dialogicamente intrusa, arengando sua inumanidade. Mais adiante, ao tirar o chapéu diante do branco/amo enfurecido com seu trabalho e prometer “emendar-se”, diz mentalmente ao mesmo tempo “não emendar nada”. Note-se o dialogismo. Por ele se chega à consciência negra/cabra/latino-americana de Fabiano. Sobretudo com o afloramento sistemático nela do sentimento de “Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!” (Ramos, 2024b, p. 133), ou seja, libertar-se pelo trabalho da mentalidade que o reduz a subespécie.

O âmago da intimidade de Fabiano atinge plenitude de uma legítima e autêntica consciência humana no capítulo “Cadeia”, em que, depois de jogado numa cela arbitrariamente e surrado pelo soldado amarelo, ferido e gemendo, evoca-se uma experiência singular de rebeldia: “[...] acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. *E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações*: –“Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita”” (Ramos, 2024b, p. 83, grifos meus).

Apenas Fabiano pode oferecer tal consolo a *conhecidos* assim, nessas circunstâncias. O pelourinho/passado materializa-se na cadeia pela continuidade de um mesmo processo do qual apenas ele poderia ter participado, já que o emprego do arbítrio e da violência nas duas dimensões temporais da prisão

prefigura a cultura que “cria uma ideia de Homem que é a negação do próprio homem” (Zea, 2005, pp. 477-8), isto é, sua animalização. É nesse sentido que, ao encontrar o soldado amarelo perdido na caatinga, não só o poupa. Sobretudo, preserva a si mesmo. Não por covardia ou incapacidade de matá-lo. Ele atirou em Baleia, tão digna de piedade quanto o soldado amarelo. Mas, por tratar-se de um humano: “Não se inutilizava, não valia a pena inutilizar-se. Guardava a sua força” (Ramos, 2024b, p. 144).

Fabiano resiste, portanto, à animalização imposta pelo governo do branco. Sua força não está a serviço dos que o governam, mas contra eles. Recuar representa a não adesão à mentalidade que associa *cor e pobreza* da

classe trabalhadora a uma sina de misérias e aflições: “Fabiano desejava brigar com [essa sina], sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la” (Ramos, 2024b, p. 76). Não lhe resta outra alternativa senão jogar-se “ao mundo, como negro fugido” (Ramos, 2024b, p. 152). Identificado às aspirações de liberdade do negro, idealiza possibilidades de uma verdadeira emancipação para ele e a família. Conforme Hermenegildo Bastos, ela não se efetiva no Sul, mas sim na jornada empreendida, tratando-se por isso não de *onde chegar*, mas sim de *como se chega*. Isso explica por que Fabiano “ensinou o caminho ao soldado amarelo” (Ramos, 2024b, p. 144), gesto de uma autêntica humanidade, digno das velhas civilizações cortesãs.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, H. “Inferno, alpercata: trabalho e liberdade em *Vidas secas*”, in G. Ramos. *Vidas secas*. Rio de Janeiro, Record, 2015.
- CANDIDO, A. “Ficção e confissão”, in G. Ramos. *S. Bernardo*. Rio de Janeiro, Martins, 1972.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- CRUZ, H. T. “Escritor não é bicho do outro mundo”. *Revista Moços*, n. 1. Curitiba, dez./1938, p. 9.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo, Ubu, 2024.
- FARIA, O. “O defunto se levanta”. *O Jornal*, 30/maio/1937. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- GIMENEZ, E. T. “*Caetés*: nossa gente é sem herói”, in G. Ramos, *Caetés*. Edição comemorativa de 80 anos. Rio de Janeiro, Record, 2013.
- ISER, W. *O ato de leitura: uma teoria do efeito estético*. Vol. 1. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo, Editora 34, 1996.

- LAS CASAS, B. *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Medellín, Editorial Universidad de Antioquia, 2011.
- LEBENSZTAYN, I. *Graciliano Ramos e a novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo, Hedra, 2010.
- LUNA FILHO, J. R. de. "A testemunha do racismo: uma leitura de 'A testemunha', de Graciliano Ramos". *Cadernos do IL*, n. 66, dez./2023, pp. 86-103.
- MARCÍLIO, M. L. "O menor infrator e os direitos das crianças no século XX", in M. C. F. Lourenço (org.). *Direitos humanos em dissertações e teses da USP: 1934-1999*. São Paulo, Edusp, 2000.
- MOURA, E. D. de. *As ilusões do romance: estrutura e percepção em S. Bernardo de Graciliano Ramos*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2011.
- PEREIRA, A. C. H. "'Onde o cidadão perdia o nome': a Colônia Correcional de Dois Rios e o Estado de exceção". *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 12, n. 3. Rio de Janeiro, set.-dez./2020, pp. 496-511.
- RAMOS, G. *Angústia*. São Paulo, Todavia, 2024a.
- RAMOS, G. *Caetés*. Ed. comemorativa de 80 anos. Rio de Janeiro, Record, 2013.
- RAMOS, G. *Garranchos*. Org. Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro, Record, 2012.
- RAMOS, G. *Histórias de Alexandre*. Ed. comemorativa de 80 anos. São Paulo, Práxis Literária/Anita Garibaldi, 2024c.
- RAMOS, G. *Insônia*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. 2 vols. Rio de Janeiro, Record/Altaya, 1996.
- RAMOS, G. *S. Bernardo*. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- RAMOS, G. *Vidas secas*. São Paulo, Todavia, 2024b.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2016.
- SALLA, T. M. "Graciliano Ramos e o poder público: de escritor-funcionário a funcionário-escritor". *Brasil/Brazil*, vol. 32, n. 59. Porto Alegre/Providence, UFRGS/Brow University, jul./2019, pp. 22-49.
- SCHWARTZ, S. B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo-Bauru, Edusc, 2001.
- WASHINGTON, B. T. *Memórias de um negro*. Trad. Graciliano Ramos. São Paulo, Editora Companhia Nacional, 1940.
- ZEI, L. *Discurso desde a marginalização e a barbárie; e A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.